



Encontro Nacional dos  
Estudantes de Arquivologia  
De 11 a 15 de Julho de 2016



## Reflexões sobre a gestão de documentos e da informação em universidades

**Maria Leandra Bizello<sup>1</sup>**  
**Stefany Francisco Gimenes Munhoz<sup>2</sup>**  
**Irene Bernardo<sup>3</sup>**

### Resumo

Este artigo reflete sobre a gestão de documentos e da informação no âmbito das universidades públicas brasileiras e especificamente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP. A análise com base teórica na Arquivística Integrada, corrente de origem canadense, tem como objetivo compreender o processo de avaliação de documentos das atividades-fim no ambiente universitário. A metodologia é de estudo de caso com ênfase, nesse momento, de pesquisa bibliográfica. Analisa ainda a informação registrada nesse mesmo ambiente uma vez que a teoria canadense nos faz refletir sobre a relação entre o documento e seu conteúdo, ou seja, a informação orgânica. Contribuímos assim para o debate sobre gestão documental e da informação nas universidades.

**Palavras-chave:** universidades; gestão de documentos; arquivologia.

### Abstract:

This paper reflects on the record management and information within the Brazilian public universities and specifically the Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP. The theoretical analysis based on the Integrated Archival, Canadian source current, aims to understand the appraisal process of the end activities in the university environment. The methodology is case study with emphasis at that time, bibliographic research. It also analyzes the information registered in the same environment as the Canadian theory makes us reflect on the relationship between the document and its contents, that is, the organic information. Thus contribute to the debate on record management and information in universities.

**Keywords:** universities; records management; archival science.

---

<sup>1</sup> Professora do curso de Arquivologia da UNESP – campus Marília.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Arquivologia da UNESP – campus Marília

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Arquivologia da UNESP – campus Marília

## ***Introdução***

A humanidade produz e armazena informações, através de suas vastas experiências, há vários séculos e gerações. A informação armazenada servirá para avaliar e reavaliar possíveis situações e problemas vividos pela sociedade em geral, a fim de encontrar a melhor maneira de jugá-los e possivelmente solucioná-los. Quando registradas em um suporte essas experiências e informações são nomeadas documentos. Os documentos possuem variadas funções tais como, função social; cultural; administrativa entre outras. Por essa razão, também, se faz necessária a sua adequada preservação e organização nos arquivos para torná-los acessíveis.

Os arquivos evoluíram junto com a sociedade desde a antiguidade, sempre de braços com o poder, foi no século XIX a meados do século XX que os arquivos foram abertos ao público em salas de pesquisa na qualidade de laboratórios da história. Nesse contexto, a partir da segunda metade do século XIX, a arquivologia se desenvolve como disciplina formando profissionais preparados para suprir as necessidades e responder as expectativas informacionais dos usuários, que procuravam a informação para planejamento e elaboração de seus trabalhos.

No século XX a disciplina e as práticas arquivísticas passaram por muitas modificações decorrentes de algumas transformações contextuais de grande impacto na sociedade como o grande aumento de documentos durante o entre guerras e o fim da segunda guerra mundial, e o desenvolvimento da informática que aconteceu de forma mais rápida à partir da segunda metade do século XX.

Tais transformações proporcionaram novos documentos, novas tecnologias, puseram novos desafios para as instituições de arquivo, para os arquivistas e também para os usuários de documentos e da informação.

A produção de conhecimento na área da Ciência da Informação, acompanha o ritmo da tecnologia e da sociedade. O conceito de informação arquivística, com esse processo, torna-se mais consolidado com os arquivistas, principalmente os canadenses, propagando maior relação entre a ciência da informação e a arquivologia.

A arquivística integrada tem como operação a gestão de documentos, que segue todo o ciclo de vida dos documentos acompanhando todas as atividades referentes a sua idade corrente, intermediária e permanente. Essas atividades são: produção, utilização, avaliação, identificação, descrição, recolhimento e tratamento em arquivo permanente. A gestão de documentos deve fazer

parte da política de qualquer instituição para garantir a racionalização de documentos e da informação.

Entretanto nos arquivos públicos brasileiros os ambientes informacionais são escassos a respeito da administração da informação, que não é totalmente acessível. Muitas vezes há processos que são baseados em informações incorretas gerando prejuízos a toda a administração pública e a sociedade.

Em todo esse contexto entra como instituição de vanguarda, na produção de conhecimento e informação, a universidade, nesse caso a universidade pública, como a principal responsável por formar profissionais capacitados a atender as novas e progressivas demandas provenientes do atual contexto social, administrativo, financeiro e histórico do Brasil.

Dessa forma, discutiremos, no item I, o contexto da universidade enquanto instituição no Brasil, para depois, no item II discutirmos a gestão de documentos em nosso estudo de caso, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, tecendo ligações com a teoria que embasa o desenvolvimento da gestão.

### ***I – Universidades no Brasil***

As primeiras décadas do século XX formam o contexto do início da universidade brasileira. Antes desse período, tanto durante os anos como colônia de Portugal quanto no Império, as tentativas de criação de universidades no Brasil não foram avante. Enquanto colônia, a elite brasileira, a única classe social que tinha condições econômicas para estudar, enviava seus jovens filhos para os estudos superiores na metrópole. Não havia interesse de Portugal em proporcionar desenvolvimento científico/intelectual em suas colônias de maneira geral. O estabelecimento de escolas superiores, com a vinda e instalação da Corte Portuguesa a partir de 1808, privilegiou os cursos de medicina e de engenharia. No Império têm início os cursos da área jurídica. Fávero (2006) aponta para uma formação superior que servisse ao estado, fosse ele submetido à metrópole ou ao império, como nação independente.

Na república, a movimentação para a instituição da universidade brasileira efetivou-se em 1920, no governo de Epitácio Pessoa, com a fundação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) –

hoje UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) -. Três escolas foram reunidas para essa constituição: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, ou seja, instituições já existentes, sendo a “justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características” (FÁVERO, 2006, p. 22).

Os anos 1930 foram marcados pelo Governo Provisório e o início do Estado Novo; sob um governo federal cada vez mais centralizado e totalitário, são criadas a Universidade de São Paulo (USP), em 1934 e a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935. Nesse contexto, a autonomia universitária e a vinculação político-partidária são proibidas reforçando a ação autoritária do Estado sobre a universidade.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, em 1945, o período democrático segue até o ano de 1964, o cenário brasileiro é de desenvolvimento industrial, mudanças sociais e culturais com influências que se estendem até os dias atuais. A intensa movimentação social que acontece nesse período é fruto da industrialização impulsionada por Getúlio Vargas enquanto governante totalitário. As cidades receberam um grande contingente de camponeses que integraram a população urbana de forma crescente nos anos 1950 e nos anos posteriores.

A formação de uma classe média possibilitou por sua vez um crescente aumento no consumo de bens duráveis e não duráveis. Ainda, essa movimentação influenciou no cenário político com a mobilização de camponeses, operários e a juventude advinda dessa classe média que num crescendo freqüentava as universidades. Desse período é importante destacar a criação da Universidade de Brasília (UNB) em 1961, com propostas modernas frente às instituições universitárias da época segundo Fávero (2006, p. 29).

Houve uma intensa mobilização estudantil, a partir de sua representação, a União Nacional dos Estudantes (UNE), que pressionou através da realização de seminários a reflexão de questões históricas e pouco resolvidas sobre a universidade no Brasil, desde a sua autonomia até a flexibilização curricular – questões não resolvidas até os dias atuais, apesar de sempre debatidas no âmbito da política universitária. Os anos 1960 foram marcados por intensa movimentação estudantil em todos os âmbitos. O golpe militar de 1964 e seu recrudescimento em 1968 até meados dos anos de 1970 significaram o obscurantismo na universidade com violenta repressão tanto aos alunos quanto aos professores e pesquisadores de todas as áreas do conhecimento. A influência norte-

americana é visível em toda a América Latina que queria tomar em suas mãos o seu próprio caminho.

As universidades brasileiras estabeleceram movimentos no sentido de mudanças estruturais que, no entanto foram abortados pelo Golpe Militar. O estado novamente centralizador e totalitário sofria grande oposição por parte da classe estudantil que estava fortemente mobilizada para que transformações no âmbito universitário acontecessem. Segundo Fávero (2006) desde 1966 há um esforço governamental para resolver a crise em que se encontrava a universidade brasileira. Em 1968 o resultado do Grupo de Trabalho foi mostrado em um relatório – (Relatório do Grupo de Trabalho) que se desdobrou em medidas pela Reforma Universitária que visando “aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem [as questões]: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação” (FÁVERO, 2006, p. 34). Essas questões colocadas naquele momento ainda são amplamente debatidas nas universidades brasileiras, em outro cenário político-social-econômico que abrange aspectos que não eram então tão considerados como a inclusão social e étnica.

Os anos 1980 ainda trouxeram as possibilidades de mudanças estruturais na universidade sob o fim da ditadura militar, a abertura política, e a conseqüente reconfiguração do movimento estudantil e político-partidário. Muitos dos problemas colocados nos parágrafos acima, ainda persistem e são de difícil solução mesmo que largamente discutidos. A década de 1990 foi marcada pelo crescimento da graduação tanto em número de matrículas como a expansão de novas instituições de ensino superior, isto é, “o fenômeno do surgimento de uma multiplicidade de tipos de estabelecimentos acadêmicos com formatos institucionais, vocações e práticas acadêmicas bastante diferenciadas” (MARTINS, 2000, p. 41). Esse fenômeno também marca de maneira substancial a universidade brasileira na primeira década do século XXI.

A esse contexto retrospectivo mais geral sobre a universidade no Brasil, inserimos a trajetória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. A chamada terceira universidade estadual paulista é instituída em 1976, sob os auspícios do estado ditatorial militar. A incorporação de diversos institutos isolados de ensino superior no interior do estado de São Paulo centralizou diferentes realidades ao mesmo tempo em que tornou mais nervosas as

relações entre esses institutos e uma direção, representada pela reitoria, que privava os institutos de participação nas decisões. A postura da reitoria era extremamente resistente às posições e ideias advindas das unidades caracterizando a relação tensa e conflituosa entre o poder universitário central e as unidades descentralizadas.

Do conjunto de unidades iniciais da UNESP, em número de 14 institutos, metade deles estava voltada para a formação de professores qualificados para o ensino secundário de então. Outros institutos como os de Medicina, Odontologia, Medicina Veterinária, Agronomia e Engenharia também tinham como preocupação a formação de profissionais para o desenvolvimento do interior de São Paulo.

Havia, desde a origem dos institutos isolados, uma preocupação das elites regionais na formação de profissionais ligados a diversas áreas do conhecimento para suprir a falta de profissionais no interior paulista que desenvolvia-se mesmo que algumas regiões sofressem de um relativo declínio econômico. A incorporação e transformação dos institutos em universidade esvaziaram o poder político que as elites regionais possuíam em relação à educação superior. Se havia até meados dos anos 1970 uma direção isolada que tinha acesso direto ao governador de estado, a incorporação significou a intermediação e centralização dessa relação na figura do reitor.

Por outro lado, a configuração de universidade acentuou a dimensão da pesquisa inclusive entre os cursos voltados para a formação de professores. Mesmo que já houvesse tal vocação o âmbito da pesquisa foi aquele que tomou mais vulto, refletindo na expansão da universidade que acontece no final dos anos 1990 e início do século XXI com a criação dos atuais campi experimentais que tentam aliar a demanda regional e áreas de pesquisas inovadoras. A UNESP conta com 34 unidades universitárias em 24 cidades do estado de São Paulo.

Nessa rápida e densa retrospectiva de alguns aspectos importantes na constituição das universidades no Brasil e da UNESP, vimos as relações entre o Estado e a Universidade no Brasil entre a tensão e o conflito, tal compreensão nos ajuda a entendermos o papel da universidade na sociedade atual. Por outro lado, essa mesma instituição nos mostra o seu próprio esforço em superar problemas históricos e podemos dizer crônicos e constituir-se em espaço de efetiva produção de conhecimento para a sociedade na qual está inserida.

## *II – Gestão de Documentos em ambiente universitário*

A partir do contexto exposto no item acima, trataremos agora da reflexão sobre o processo de avaliação de documentos na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. A característica multi campi também reflete na produção documental e em toda a gestão de documentos. Desde 1990 há um trabalho visando a gestão de documentos desenvolvido em um primeiro momento pelo CEDEM – Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista, criado em 1987 – assim como um projeto para a implantação de sistema de arquivos na UNESP. Houve uma primeira fase de levantamento e diagnóstico das condições dos arquivos da UNESP, uma vez que essa Universidade foi criada com a incorporação de institutos isolados de ensino superior, houve a necessidade de um levantamento histórico desses institutos.

Alguns pontos foram levantados após esse diagnóstico físico/documental: não havia homogeneidade de produção documental, de guarda de informações, procedimentos em relação à avaliação de documentos eram isolados e sem orientação (ATAS DO I SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1992). Entretanto esse trabalho foi interrompido muitas vezes, o sistema de arquivos da UNESP não conseguiu ser implantado por uma série de motivos que ainda não foram estudados. Algumas ações relativas ao processo de avaliação continuaram a existir como a eliminação de documentos a partir de portarias emitidas pela Reitoria, qualificação de supervisores de área, ou seja, Seções Técnicas de Comunicações – lugar do protocolo e arquivo -, instituição de Comissão Central de Avaliação Documental – atualmente Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA -, revisão e adequação de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de atividades-fim em conjunto com outras universidades estaduais – USP e UNICAMP-.

A Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso é importante instância para a gestão de documentos e da informação uma vez que está diretamente ligada às necessidades criadas a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527/2011. A gestão de documentos é imprescindível uma vez que toda a informação produzida no ambiente universitário é registrada em um suporte, seja ele, tangível ou não. As Seções Técnicas de Comunicações ganharam importância maior, no caso da UNESP, na gestão documental, uma vez que é ela quem controle a produção e o trâmite de documental, além de trabalhar com todo o processo de avaliação de documentos.

Vejamos que a necessidade do processo de avaliação de documentos é central na gestão. A teoria que a embasa é a Arquivística Integrada que estabelece divisões do arquivo, com a ideia de ciclo de vida dos documentos, em que apesar de conceber “nascimento, vida e morte” do documento, seguindo um fluxo contínuo, há a clara separação em fases bem definidas, isto é, arquivos correntes (documentos ativos), arquivos intermediários (documentos semi-ativos) e arquivos permanentes (documentos inativos). Para Lopes (1998), essa linha de pensamento na arquivologia é a que tem proposta mais científica, indo à frente do *records management* norte-americano que de alguma maneira a influenciou.

José Maria Jardim, em artigo publicado em 1987 na revista *Acervo*, e referência até os dias de hoje, reflete sobre a situação, naquele momento, da gestão de documentos no Brasil. O autor traça uma paisagem em que a administração pública não é sensível à implantação da gestão de documentos em qualquer que seja a sua esfera: municipal, estadual ou federal. A visão um tanto quanto pessimista assumida por ele é, na verdade, um alerta à total falta de preocupação da administração pública com a documentação que produz, acumula e guarda, além do descaso com a informação e atendimento ao cidadão.

Do fim do século XX até os dias de hoje a gestão de documentos foi sendo fortalecida tanto na prática quanto na reflexão dos pesquisadores da área. No estado de São Paulo, o Arquivo Público do Estado fez um grande trabalho para que a gestão documental fosse aplicada em toda a administração pública estadual (BERNARDES; DELATORRE, 2008). A constituição do plano de classificação e tabela de temporalidade de atividades-meio da administração pública de São Paulo tem sido aplicada na administração direta com o apoio de equipes do Arquivo Público Estadual que orienta os municípios na instituição de arquivos e na sua gestão,

Há também um trabalho intenso na elaboração de plano de classificação e tabela de temporalidade de atividades-fim em todas as secretarias de estado em um esforço para que esses instrumentos de gestão sejam efetivamente colocados em prática. Nas universidades estaduais paulistas esse esforço também está sendo concretizado.

As Instituições Federais de Ensino Superior – IFES – também constituíram instrumentos de avaliação de documentos, o que nos mostra a crescente prática e amadurecimento reflexivo da gestão de documentos no ambiente universitário.

### ***Algumas conclusões***

Esse nosso trabalho, ainda em desenvolvimento, nos permite chegar a poucas conclusões em função do pouco tempo de existência. É fundamental para uma gestão de documentos o pleno conhecimento da instituição, de seu contexto, da documentação que produz e do envolvimento dos produtores de documentos em todas as etapas do processo de avaliação. Percebemos que o esforço por padronização documental também é importante tanto para a gestão em si como também para o uso das tecnologias nos processos de avaliação.

A universidade objeto de nossa investigação, assim como as outras que citamos, também discute a questão da informação arquivística, mas o modelo dessa discussão, ainda está centrado, mesmo que influenciado pela Arquivística Integrada, no documento de arquivo, na tangibilidade e na custódia. Pensamos que o momento é de transição, os documentos digitais são usados no cotidiano, há, por certo, debates sobre seu uso, guarda e preservação, no entanto, o documento em papel ainda prevalece em quase todos os lugares, por isso nossa pesquisa está em um contínuo.

### ***Referências***

ATAS DO I SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 04 a 06 de novembro de 1991. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. Gestão documental aplicada. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, PR, 28, 17-36, 2006.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática da gestão de documentos. *Acervo*. Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 35-42, jul.-dez. 1987.

LOPES, Luis Carlos. A imagem e a sombra da arquivística. Rio de Janeiro, Brasil; Montreal, Quebec, Canadá: Arquivo Público, 1998.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo em Perspectiva*, 14(1), 2000, 41-60. Acesso <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9801.pdf>.